



CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO II S.A.

CNPJ/MF nº 31.469.895/0001-31

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Passivo			
Caixa e equivalente de caixa	10	3.866	612	Circulante			
Concessionárias	11	1.652	2.113	Fornecedores	16	13.017	20.602
Impostos a compensar	12	41	7	Partes relacionadas	13	1.505	-
Despesas antecipadas	14	68	70	Impostos a pagar	12	285	365
Total		5.627	2.802	Outras contas a pagar	18	357	350
Não circulante				Total		15.164	21.317
Partes relacionadas	13	525	317	Não circulante			
Imobilizado	15	144.011	148.261	Partes relacionadas	13	-	2.291
		144.536	148.578	Provisões	17	188	381
Total do ativo		150.163	151.380	Outras contas a pagar	18	5.751	5.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.857	8.319
Dépreciações e amortizações	4.170	4.154
Juros provisão desmantelamento	45	30
Atualização monetária	-	92
Ajuste à valor presente de arrendamentos - IFRS 16	662	510
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada (nota 11 e 20)	2	-
Total	11.836	13.105
Variações em:		
Concessionárias	459	(266)
Impostos a compensar	(34)	(1)
Despesas antecipadas	2	(10)
Adiantamento a fornecedores	-	-
Fornecedores	(7.586)	(5.036)
Impostos a pagar	(89)	30
Partes relacionadas	(208)	4.624
Total	11.836	13.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Solar Pereira Barreto II ("Companhia" ou "PB II"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em setembro de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Solar Pereira Barreto II, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fórum na Rodovia SP 563, Sentido Pereira Barreto a Umuarama Três Irmãos, na cidade de Pereira Barreto, estado de São Paulo. **1.1 Autorização do Parque Solar Pereira Barreto II:** Em 06 de maio de 2019 o Parque Solar foi autorizado pela ANEEL a explorar a aptidão de geração de energia na modalidade de produto independente por 35 anos, com término da autorização em 05 de maio de 2054. A Companhia em setembro de 2018 vendeu 10 MW médio de energia no Mercado Livre, por meio do projeto de geração solar. Pereira Barreto II, localizado no estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Mercado Livre se deu pelo prazo de 15 anos. Conforme despacho ANEEL nº 3.250 o Parque Solar Pereira Barreto II iniciou sua operação comercial em 14 de outubro de 2021.

Central Solar Pereira Barreto II
Central Solar Pereira Barreto II
Produtor Independente
Autorização
Estado
Capacidade instalada (MW)
Data do inicio da operação

Início 06/05/2019
Término 05/05/2024

1.2 Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R\$ (9.539), devido pagamentos aos fornecedores referentes a conclusão da construção do parque solar. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2025 será alcançado da seguinte forma (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu início em outubro de 2021.

2 BASE DE PREPARAÇÃO
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS Accounting Standards)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos de administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum fator que possa gerar dúvida significativa sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem àsquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 19 de maio de 2025. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4 JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRITICOS
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • **Imobilizado:** determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº 15). • **Provisão para arrendamento:** reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 18). • **Provisão para desmantelamento:** reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 17). • **Receita operacional líquida:** (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita operacional líquida: a receita operacional líquida é a receita operacional com o resultado de receita operacional líquida (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita operacional líquida.

5 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são principalmente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **b) Concessionárias:** Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas na conta não circulante. **c) Imobilizado:** Títulos, edificações e máquinas e equipamentos de uso direto, o parque solar, O imobilizado é gerenciado pelo seu custo histórico. O custo histórico também pode incluir aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio. O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável (impairment). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques solares e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. **d) Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros:** São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável é determinado pelo seu custo histórico e o parque solar.

O imobilizado é gerenciado pelo seu custo histórico. O custo histórico também pode incluir aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio. O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável (impairment). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques solares e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. **d) Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros:** São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável é determinado pelo seu custo histórico e o parque solar.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **f) Operações de arrendamento:** No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo e o direito de arrendatário de controlar o uso do ativo subseqüente. Os ativos que só os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendatário, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relativos aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplam não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado pelo menor valor entre o valor do direito de arrendamento e o valor da política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente. **g) Dividendos e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de reservas de lucros, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigações de dividendo. O dividendo de retorno é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigações no momento da proposição pela Administração. **h) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda,

é reconhecida em resultado, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou discussões em que estas entidades estão demonstradas a seguir:

Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma **Descrição da alteração** **Correlação IASB** **Data da vigência**

Revisão 23: CPC 06 (R2) e CPC 08 (R2) **Revisão 23: CPC 06 (R2) e CPC 08 (R2)** **IAS 21 / IFRS 1 (R1)** **01/01/2025**

Norma **Descrição da alteração** **Correlação IASB** **Data da vigência**

Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1) **Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)** **IAS 7 / IFRS 12 (R1)** **01/01/2024**

Norma **Descrição da alteração** **Correlação IASB** **Data da vigência**

OPCP 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Financieros **OPCP 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Financieros** **IAS 1 / IFRS 16** **01/01/2024**

Norma **Descrição da alteração** **Correlação IASB** **Data da vigência**

Proposta Geral **Proposta Geral** **IAS 12 / IFRS 9** **01/03/2024**

Norma **Descrição da alteração** **Correlação IASB** **Data da vigência**

</

...continuação

CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO II S.A. | CNPJ/MF n° 31.469.895/0001-31
Amparão avaliou os contratos de arrendamento de terrenos do parque solar, por apresentarem va-

TS TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS
 Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chaves da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			

Ativo			
Não Circulante			
Partes relacionadas			
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura	EDP Renováveis Brasil S.A.	208	
Ressasse de custos e despesas	PB I, III, IV e V.	317	317
Total Ativo		<u>525</u>	<u>317</u>
Passivo			
Circulante			

	31/12/2024		31/12/2023		
	Nº de títulos	%	Nº de títulos	%	
Acionistas					
EDP Renováveis S.A.	109.585.444	100%	108.532.497	100%	
	109.585.444	100%	108.532.497	100%	
A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. a) Destinação do lucro: Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou reserva de lucros de R\$ 4.516 (R\$ 5.489 em 31 de dezembro de 2023).					
Lucro líquido (prejuízo) apurado no exercício	6.338	7.704	31/12/2024	31/12/2023	
Constituição de reserva legal (5%)	(317)	(385)			
Lucro do exercício ajustado	6.021	7.319			
Destinação do lucro ajustado					
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	1.505	1.830			
Reserva de retenção de lucros	4.516	5.489			
b) Reserva de lucros - legal (5%): De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém reserva no montante de R\$ 1.277 a título da reserva legal, (385 em 31 de dezembro de 2023). c) Reservas de lucros: A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em organograma de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém reserva no montante de R\$ 18.196 (R\$ 13.680 em 31 de dezembro de 2023) a título de reserva de lucros.					
20 RECEITAS OPERACIONAIS			31/12/2024	31/12/2023	
Receita operacional bruta					
Energia comercializada no mercado de curto prazo	18.094	18.634			
Ajuste financeiro	(2)				
	18.092	18.634			
Deduções à receita operacional					
PIS / COFINS	(660)	(684)			
	(660)	(684)			
MWh comercializado	17.432	17.950			
21 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Custo do serviço			31/12/2024	31/12/2023	
Com energia elétrica					
Não gerenciáveis					
Encargos de uso da rede elétrica	(1.348)	(2.313)			
Energia elétrica comprada para revenda	(11)	-			
	(1.359)	(2.313)			
Custo do serviço					
De operação					
Gerenciáveis					
Depreciação e amortização	(4.170)	(4.154)			
Serviços de terceiros e materiais	(3.704)	(3.586)			
Despesas tributárias	(17)	-			
Outras despesas	(436)	(589)			
Arrendamentos	(44)	(23)			
Seguros	(164)	(155)			
	(8.535)	(8.507)			
Despesas operacionais					
Despesas Gerais e administrativas					
Gerenciáveis					
Serviços de terceiros	(34)	(36)			
Doações	-	(25)			
Outras despesas	(46)	(59)			
	(80)	(120)			
Outras despesas operacionais					
Reversão de provisão perdas anos anteriores	-	1.862			
Perda no imobilizado	-	112			
	-	1.974			
	(80)	1.854			
	(9.974)	(8.966)			
22 RESULTADO FINANCEIRO			31/12/2024	31/12/2023	
Receitas financeiras					
Juros recebidos	1	4			
Receita de variação cambial	-	57			
Receitas com derivativos	-	5			
Renda de aplicação financeira	250	77			
	251	143			
Despesas financeiras					
Ajuste a valor presente	(45)	(30)			
Atualização financeira	(662)	(602)			
Despesas com garantias bancárias	(30)	(167)			
Variação cambial	(2)	-			
Outras despesas financeiras	(13)	(8)			
	(752)	(807)			
	(501)	(664)			
23 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE					
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Receita operacional	18.092	18.092	18.634	18.634	
Alíquota aplicada sobre receita bruta	8%	12%	8%	12%	
	1.447	2.171	1.491	2.236	
Receitas financeiras	251	251	143	143	
Base de cálculo	1.698	2.422	1.634	2.379	
Alíquotas vigentes	25%	9%	25%	9%	
Expectativa de crédito de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(425)	(218)	(408)	(214)	
Ajuste decorrente do adicional do IR	24	-	7	-	
Resultado de IRPJ e CSLL	(401)	(218)	(401)	(214)	
Alíquota efetiva	2,21%	1,20%	2,16%	1,15%	
24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. 24.1 Classificação dos instrumentos financeiros: As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.					
	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	Custo amortizado	Nível 1	3.866	612
Concessionárias	11	Custo amortizado	Nível 1	1.652	2.113
Despesas antecipadas	14	Custo amortizado	Nível 1	68	70
Não circulante					
Partes relacionadas	13	Custo amortizado	Nível 1	525	317
Total ativo				6.111	3.112
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	16	Custo amortizado	Nível 1	13.017	20.602
Outras contas a pagar	18	Custo amortizado	Nível 2	357	350
Partes relacionadas	13	Custo amortizado	Nível 1	1.505	2.291
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras					
controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.					
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras					
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tornadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:					
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.					

Conforme MPR II-23
24/08/2021, que
Infraestrutura da Chaves
Brasileira - I

2012-2 de
titui a
blicas
Brasil.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>